

**Configurações e usos das Moedas Sociais no Banco Comunitário DendêSol
(Fortaleza-Ceará-Brasil)**

Eixo Temático 1 – Moedas sociais como propostas de desenvolvimento

Victoria Régia Arrais de Paiva

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), tendo defendido tese sobre o processo de institucionalização dos Bancos Comunitários no Brasil, com ênfase na experiência cearense. Desde 2008, atua como professora-tutora da Universidade Aberta do Brasil (UAB), vinculada ao Instituto UFC Virtual. Pesquisadora da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Intesol/UNILAB) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Microfinanças e Economia Solidária do CNPq. Desenvolve assessoria à Coordenadoria de Pesquisa da Faculdade Luciano Feijão.

RESUMO

O Banco Comunitário DendêSol foi criado em 2010 pela Associação de Mulheres DendêSol, tendo definido a moeda social *dendê* como foco de sua ação. O nome da moeda faz alusão a uma planta nativa existente no lugar quando da sua ocupação, nos anos 1980. O referido empreendimento está localizado na comunidade do Dendê, na periferia leste da cidade de Fortaleza, em meio aos nobres bairros Edson Queiroz e Água Fria. As fronteiras entre espaços sociais tão distintos no que se refere à infraestrutura urbana, renda etc. faz emergir uma série de contrastes geradores de conflitos e relações sociais vinculantes, no dizer de Gaiger (2011). Por um lado, os altos índices de violência, associada notadamente ao tráfico de drogas, além de uma forte especulação imobiliária, fruto das grandes obras construídas no seu entorno, impelem a população a buscar resistir a essas situações com estratégias de mobilização diversas sob o signo da solidariedade e do trabalho associado, tais como a Feira de Economia Solidária, a Rádio Comunitária e o próprio Banco Comunitário. Esta iniciativa agrega diferentes parceiros e integra a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, criada a partir de um modelo difundido pelo Banco e Instituto Palmas. Nesse sentido, apresentam-se as seguintes questões: Quais as características e distinções destas experiências organizadas na perspectiva das finanças solidárias em relação ao microcrédito? Como ocorre a inserção das mulheres? Quais as suas potencialidades, limites e desafios?

Palavras-chave: Bancos Comunitários – Moedas sociais – Mulheres.

**Configurations and uses of Social Currencies in Community Bank DendêSol
(Fortaleza, Ceará, Brazil)**

Thematic Axis 1 - Social Currency as development proposals

ABSTRACT

The DendêSol community bank was created by DendêSol association of women in 2010. This bank defined the social currency *dendê* as the focus your action. The currency name alludes to an existing native plant when its occupation in the 1980s. This development is located in the Dendê community, which lies among affluent neighborhoods like Edson Queiroz and Água Fria, on the eastern outskirts of Fortaleza city. The boundaries among different social spaces in relation to urban infrastructure, income, etc. bring out a series of conflicts and interconnected social relations. High levels of violence linked to drug trafficking and strong property speculation due to neighbors affluent neighborhoods led to Dendê community to adopt strategies of resistance based on solidarity and work community, such as the Fair Solidarity Economy, Community Radio and Community Bank. This initiative brings together different partners and it's a member of the Brazilian Network of Community Banks, which was created from a model disseminated by the Banco Palmas. In this regard, the following questions will be presented: What are the characteristics and distinctions of these experiences in the perspective of finance solidarity and in relation to microcredit? How the inclusion of women occur? What are the potentials, limitations and challenges?

Keywords: Community Banks - Social Currency - Women.

**Configuraciones y usos de las Monedas Sociales en el Banco Comunitario DendêSol
(Fortaleza, Ceará, Brasil)**

Eje Temático 1 - Monedas Sociales como propuestas de desarrollo

RESUMEN

El Banco Comunitario DendêSol fue creado en 2010 por la Asociación de Mujeres DendêSol, definiendo la moneda social *dendê* como foco de su acción. El nombre de la moneda alude a una planta nativa existente en el lugar, en el momento de su ocupación, en los años 1980. Este emprendimiento se encuentra en la comunidad Dendê, ubicada en la periferia de la ciudad de Fortaleza, entre los barrios ricos Edson Queiroz y Agua Fría. Los límites entre los espacios sociales diversos no que se refiere a la infraestructura urbana, ingresos, etc. han traído muchos

contrastes geradores de conflitos y relaciones sociales vinculantes, según Gaiger (2011). Por un lado, los altos índices de violencia, ligados sobre todo a el tráfico de drogas, además de una fuerte especulación inmobiliaria, resultado de las grandes obras construidas en sus alrededores, impulsan a la gente a buscar resistir a estas situaciones por intermedio de diferentes estrategias de movilización bajo el signo de la solidaridad y del trabajo asociado, como la Feria de Economía Solidaria, la Radio Comunitaria y el propio Banco Comunitario. Esta iniciativa reúne diferentes actores sociales y parte integrante de la Red Brasileña de Bancos Comunitarios, creados a partir de un modelo difundido por el Banco y Instituto Palmas. En este sentido, se presentan las siguientes preguntas: ¿Cuáles son las características y distinciones de estos experimentos organizadas desde la perspectiva de las finanzas solidarias en relación con el microcrédito? Como ocurre la inclusión de las mujeres? ¿Cuáles son sus capacidades, limitaciones y desafíos?

Palabras clave: Bancos Comunitarios - Moneda Social - Mujeres.

INTRODUÇÃO

1.1. Aspectos gerais do tema pesquisado

Este texto é fruto das reflexões de minha tese de doutorado, cujo tema foi o processo de institucionalização dos bancos comunitários no Brasil, com ênfase na experiência cearense, que adquiriu visibilidade nacional e internacional devido à projeção do Banco Palmas, criado no final dos anos 1990, na cidade de Fortaleza, Região Nordeste do Brasil.

Fundamentados no referido modelo organizacional foram criados mais de cem bancos comunitários pelo país, mediante fomento público do Governo Federal brasileiro desde 2003, tendo envolvido diferentes setores da sociedade, entre eles, os bancos públicos (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal) e outras instituições do sistema financeiro (a exemplo do Banco Central do Brasil); as universidades, organizações não governamentais (ONGs), os parlamentos nas diferentes esferas, entre outros. O trabalho de campo ocorreu em três bancos comunitários localizados em territórios de baixo IDH¹, geridos por entidades vinculadas a associações comunitárias, sindicatos e grupos de mulheres, jovens e agricultores familiares, a saber: o Banco DendêSol (Fortaleza, capital do estado do Ceará), o

¹ A sigla se refere ao índice de desenvolvimento humano, utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Trata-se de um indicador de desenvolvimento que analisa a qualidade de vida de uma determinada população, considerando escolaridade, renda e saúde.

Banco Paju (Maracanaú) e o Banco Quinamuiú (Tauá). Porém, devido ao formato do artigo, o foco será dado ao Banco DendêSol. Trata-se, portanto, de um fenômeno analisado sob diversas perspectivas, envolvendo diferentes áreas de conhecimento, principalmente, a Economia (OLIVEIRA, 2004), a Sociologia (PAULINO, 2010; PAIVA, 2015), a Administração (RIGO, 2014), o Direito (FREIRE, 2011), entre outras.

Nesse sentido, para situar o leitor quanto ao método de exposição aqui empregado, o texto dispõe de três partes, sendo a primeira dedicada a uma introdução geral ao tema, contextualizando no tempo e no espaço o surgimento dos termos *finanças solidárias*, *bancos comunitários* e *moedas sociais* no Brasil. Em seguida, tratarei especificamente do Banco DendêSol, destacando suas características, estratégias de atuação e usos do microcrédito “solidário”, voltado à inserção das mulheres. Por fim, apresentarei as suas potencialidades, limites e desafios.

1.2. A emergência dos termos finanças solidárias, bancos comunitários e moedas sociais

De início, é importante demarcar que o processo de formulação e legitimação das finanças solidárias toma como base as experiências organizadas por diferentes grupos sociais tradicionalmente excluídos do sistema financeiro convencional, com o intuito de criar possibilidades de acesso a crédito nos meios rurais e urbanos, tendo como princípios norteadores a solidariedade, a confiança, a autogestão e o desenvolvimento sustentável de base local e territorial.

Nessa direção, foi fundamental o papel de diversos atores sociais, entre os quais destaco as pessoas que atuam diretamente no banco comunitário, os parceiros/apoiadores da ideia e os intelectuais (a maioria deles, intelectuais orgânicos, no dizer gramsciano), por sua dedicação ao processo de legitimação das finanças solidárias a partir da conceitualização e análise do percurso histórico das experiências. Fruto dessa reflexão histórica e teórica sobre a *práxis* das diferentes formas de manifestação da economia solidária fora publicado o *Dicionário da Outra Economia*², e, dentre os verbetes contidos nesta publicação, notadamente em sua 2ª edição (2009) encontram-se os termos *finanças solidárias*, *bancos comunitários* e *moedas sociais*.

Na edição de 2003, o primeiro verbeito foi desenvolvido por Dias Coelho (2003),

² O verbeito finanças solidárias consta da 1.ª e da 2.ª edição do Dicionário Internacional da Outra Economia, organizado por David Cattani (2003), tendo sido elaborado por Dias Coelho e, posteriormente, em Cattani *et al.* (2009), por Ruth Muñoz.

professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), que ressaltou os aspectos da democratização do sistema financeiro. Para o autor:

Finanças solidárias se constituem em formas de democratização do sistema financeiro ao procurar adequar produtos financeiros às necessidades básicas das populações e ao fortalecimento do trabalho social acumulado em cada território, priorizando os excluídos do sistema bancário tradicional, constituindo-se num elo de ligação e sustentação de uma relação mais duradoura entre economia e sociedade, construída sob a égide da ética e da solidariedade e criando condições para um desenvolvimento humano que necessariamente terá de ser integrado e sustentável. (DIAS COELHO, 2003, p. 153).

Partindo de uma noção ampla de finanças, contrária àquela corriqueiramente apresentada nos dicionários do mercado financeiro, o autor compõe uma história das finanças solidárias, atribuindo à noção de microfinança a ruptura com a visão restrita de finança, tal como difundida ao longo do tempo pela história econômica. A esse respeito, designa a microfinança como uma alternativa para a população sem acesso ao sistema bancário e financeiro tradicional:

A microfinança é o desenvolvimento das finanças a serviço de uma população excluída deste sistema, criando condições de garantia deste acesso e se constituindo numa engenharia financeira orientada para produtos que respondam a necessidade desta população excluída da indústria financeira tradicional. Deste modo, a microfinança tem sua origem na ideia de democratização do recurso financeiro. (DIAS COELHO, 2003, p.03).

Diretamente ligada ao conceito de microfinança aparece a noção de microcrédito como a principal ferramenta de implementação das iniciativas. Neste caso, referindo-se ao papel do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como difusores das práticas de inclusão financeira, o microcrédito é definido da seguinte forma: “[...] um pequeno crédito concedido em larga escala por entidade financeira a pessoas físicas ou jurídicas cuja principal fonte de renda sejam as vendas provenientes da realização de atividades empresariais de produção de bens e serviços” (DIAS COELHO, 2003, p. 03).

Na visão do autor, com a qual eu concordo, a principal limitação ao conceito de microfinanças seria a redução da ideia a um sistema de “pequenos créditos”, centrados em produtos financeiros compatíveis com a renda da população excluída do sistema convencional, parcela também considerada “pequena”, embora dados do próprio Banco Mundial (2011) indiquem que metade da população mundial adulta não dispõe de nenhum serviço financeiro (conta em banco, poupança, cheque ou cartão de crédito) – ou seja, há um contingente considerável de pessoas enquadradas na situação de exclusão financeira e bancária.

No Brasil, as iniciativas na área microfinanceira são ainda recentes, com expansão em meados dos anos 1990, tendo como referências exitosas os programas e ações públicas municipais, voltadas ao microcrédito para geração de trabalho e renda. Nesse sentido, Dias Coelho (2003, p. 07) cita a Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (Fenape), a instituição de crédito PortoSol, sediada em Porto Alegre, o Vivacred, no Rio de Janeiro, e o Banco Regional de Brasília (BRB), no Distrito Federal. Conforme se observa, o autor não faz menção às experiências desenvolvidas por várias ONGs, a exemplo da Visão Mundial, Cáritas Brasileira e tantas outras iniciativas das associações de moradores, como a própria Associação de Mulheres DendêSol.

A lacuna acima verificada foi superada na última versão da publicação, pela economista Ruth Muñoz (2009), do *Instituto del Conurbano de la Universidad Nacional de General Sarmiento*, na Argentina. Tal como na edição anterior, a autora reconstruiu a trajetória das diferentes modalidades de finanças solidárias no mundo, iniciando pelo movimento cooperativista (século XIX), passando pelo surgimento das microfinanças (a partir de 1950), até chegar ao momento atual. Contudo, ela agregou outras duas formas de expressão: as finanças éticas e os instrumentos monetários e financeiros surgidos no contexto mais recente (moedas sociais, sistemas de trocas etc.), em razão da crise enfrentada nos anos 1990 pelos países latino-americanos.

Em relação aos instrumentos monetários, a autora destacou a hibridação de lógicas, notadamente na captação de recursos relacionados a organizações do Estado, do mercado e da sociedade, contando com doações de sócios, entre outros. Neste quesito, há uma referência positiva ao Brasil, citando o Banco Palmas, ao lado da *Red de Útiles Financieros Alternativos y Solidarios*, da Espanha, e a *Fiducie Du Chantier de l'Économie Social*, do Canadá, como modalidades inovadoras. No campo das políticas públicas, houve destaque para a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), tendo esta criado um conjunto de incentivos às experiências em andamento.

Passados pouco mais de dez anos da elaboração da primeira sistematização do conceito de finanças solidárias é possível observar que estas ações não somente cresceram quantitativamente como também se complexificaram, passando a atuar de modo mais articulado, em redes, buscando fortalecer aquilo que fora definido na I Conferência Temática de Finanças Solidárias (2010), como “campo” ou “segmento” das finanças solidárias.

Se for considerado que o percurso trilhado constitui um caminho na construção de um sistema financeiro alternativo capaz de criar instrumentos de democratização do acesso ao sistema financeiro, cumpre, portanto, desvendar as lógicas que vão configurar as finanças

solidárias, com enfoque no contexto atual, marcado pela mundialização financeira, nos termos definidos por Chesnais (1996). Para tanto, emergem algumas questões: O que faz com que essas experiências se diferenciem das práticas microfinanceiras centradas no microcrédito ou do sistema de crédito cooperativista já instituído? Por que precisaram de uma nomeação específica diferente daquelas já difundidas internacionalmente? Como foi criado o termo “banco comunitário” em meio às demais experiências existentes no campo/segmento?

Para seguir no aprofundamento das questões, recorrerei à 2.^a edição do *Dicionário da Outra Economia*, publicado em 2009, obra que incluiu o termo *banco comunitário de desenvolvimento*, tendo sido elaborado pelos professores Genauto de França Filho, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e Jeová Torres Silva Júnior, da Universidade Federal do Cariri (UFCA). De acordo com os autores:

Os bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) podem ser definidos como uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares situadas em territórios com baixo índice de desenvolvimento humano. Estruturados a partir de dinâmicas associativas locais, os BCDs apoiam-se em uma série de ferramentas para gerar e ampliar a renda no território. Para tanto, articulam-se quatro eixos centrais de ações em seu processo de intervenção: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária (FRANÇA FILHO e SILVA JR, 2009, p. 31).

Sob esse enfoque, haveria uma distinção das práticas de microcrédito convencionais, baseadas principalmente pelo seu compromisso com o desenvolvimento local/territorial, conforme a seguir:

Diferente das práticas de microcrédito convencionais, orientadas à pessoa ou organização individual, os BCDs preocupam-se com o território ao qual pertencem, seja ele uma comunidade, um bairro, seja um pequeno município. Nesse sentido, os BCDs procuram investir simultaneamente nas capacidades de produção, geração de serviços e consumo territorial. Para tanto, financiam e orientam a construção de empreendimentos socioprodutivos e de prestação de serviços locais, bem como o próprio consumo local. Isso porque, para além da disseminação de microcréditos com múltiplas finalidades conforme as linhas de crédito definidas pelos bancos, seu maior objetivo e compromisso são a construção de redes locais de economia solidária mediante a articulação de produtores, prestadores de serviços e consumidores locais (FRANÇA FILHO e SILVA JR, 2009, p. 31).

Entretanto, o termo Banco Comunitário de Desenvolvimento parece ainda não ter sido plenamente incorporado pelos sujeitos integrantes das práticas, pois, ao observar as publicações existentes sobre o tema, bem como as falas dos interlocutores, o termo mais usual é simplesmente o “banco comunitário”, sendo a sigla BCD mais utilizada no meio acadêmico. Atualmente, o conceito difundido pelos meios de comunicação e divulgação das principais instituições ligadas às experiências, marcadamente o Instituto Palmas e a Rede Brasileira de

Bancos Comunitários, segue a definição abaixo:

Bancos Comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo [...] (REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS, 2007).

Conforme se observa, a noção de rede é central à concepção do modelo de banco comunitário criado pelo Banco Palmas, tendo sido elaborada no II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, realizado em 2007 – quase uma década após a criação do Banco Palmas. Assim, esses bancos oferecem modalidades de serviços financeiros, tanto em moeda social, como em moeda vigente, ocorrendo uma interação entre o sistema financeiro convencional e o sistema dito alternativo, por meio de instrumentos diversos, como a moeda social, o repasse dos programas sociais do Governo e os serviços de correspondência bancária. Por isso, conforme afirmou a equipe de coordenação do Instituto Palmas, entrevistada durante a pesquisa de campo, a moeda circulante local (Palmas) pode dialogar direta e indiretamente com os serviços prestados pelos correspondentes bancários, sem que isso se constitua numa “quebra de princípios”, por assim dizer. Para ilustrar o fluxo econômico criado, segue imagem do circuito socioeconômico fomentado pelo Banco Palmas:

Figura 1 – Funcionamento do Banco Palmas



Fonte: Página do Instituto Palmas na internet (www.bancopalmas.org.br)
Acesso em 15 de outubro de 2013

Diante do processo de expansão desencadeado pelo estímulo da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) foi criado o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, com sede em Fortaleza, constituindo-se juridicamente como uma

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), cuja missão é: “contribuir para a superação da pobreza urbana e rural desenvolvendo produtos e serviços solidários, sob o controle das comunidades, que assegure o desenvolvimento sustentável dos territórios de baixa renda” (<http://www.inovacaoparainclusao.com>). Sua definição institucional disposta na *internet* é a seguinte:

É uma OSCIP de Microcrédito, fundada em 2003 pela ASMOCONP (Associação de Moradores do Conjunto Palmeira). A principal função do Instituto Palmas é fazer a difusão tecnológica do Banco Palmas, ajudando a criar outros Bancos Comunitários no Brasil (e em outros países), integrando-os em rede. O Instituto Palmas serve como um guarda-chuva para os novos Bancos oferecendo crédito, correspondente bancário e microsseguro. O Banco Palmas se relaciona com o Instituto Palmas do mesmo jeito que os outros Bancos Comunitários: utilizando as linhas de crédito, correspondente bancário e microsseguro do Instituto Palmas. (Disponível na internet pelo <http://www.inovacaoparainclusao.com>, acesso em 05 de setembro de 2012).

Embora o termo utilizado seja o “microcrédito”, durante entrevista realizada com a Coordenadora de Projetos do Instituto Palmas, Sandra Magalhães³, foi destacada uma distinção do segmento das finanças solidárias em relação à modalidade de microcrédito convencional, pois, via de regra, as políticas de microcrédito são desenvolvidas pelos bancos comerciais, com taxas de juros de mercado, mediante exigência de garantias reais etc., fatores que acabam limitando o acesso ao crédito produtivo para pequenos negócios. Já no caso das finanças solidárias ocorreria uma maior flexibilidade de acesso, o que oportuniza crédito a uma população que não se enquadraria nos critérios do microcrédito convencional.

A interlocutora demarca a distinção das iniciativas de microcrédito “tradicional”, como sendo funcionais ao Sistema Financeiro Nacional (SFN) e integrantes do processo denominado de “bancarização” – ou seja, a inclusão das camadas mais pobres da população no sistema bancário. No caso do trabalho desenvolvido pelo banco e Instituto Palmas, ela argumenta que a ação dos bancos comunitários iria além do uso dos serviços bancários, principalmente pelas ações de educação financeira desenvolvidas e pelo modo como o crédito é concedido e acompanhado.

O Instituto Palmas é responsável pela gestão dos bancos comunitários criados à imagem e semelhança do Banco Palmas, no Brasil. Tal fato criou uma espécie de “Sistema Palmas”, conforme destacou Joaquim Melo, numa entrevista concedida na fase exploratória desta pesquisa (2012). Contudo, o processo de expansão originou uma trama de relações

³ Sandra Magalhães era graduada em Serviço Social em Ciências Econômicas. Foi uma das militantes mais engajadas no movimento de economia solidária no Brasil e, particularmente, na articulação de projetos para o fortalecimento do banco e Instituto Palmas. Lamentavelmente, ela foi acometida por um grave problema de saúde e veio a falecer em 14 de junho de 2013, ano em que o Banco Palmas comemorou 15 anos de existência.

baseadas na hibridização entre a lógica de mercado (“racionalidade utilitária”) e a lógica não-mercantil (da dádiva). Tais questões vão ter um rebatimento nas relações estabelecidas com outras entidades integrantes do movimento de economia solidária, que vão culminar com a criação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Ao Instituto Palmas caberia, portanto, o gerenciamento da carteira de crédito que dá suporte financeiro ao funcionamento do “Sistema Palmas”, constituída a partir de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Existem também as parcerias com a Caixa Econômica Federal para viabilizar os demais serviços financeiros ofertados pelos Bancos Comunitários (como as linhas de crédito voltadas à habitação, por exemplo) e a atuação dos Bancos como Correspondentes Bancários. O Instituto desempenha, portanto, o papel de mediador do crédito entre os bancos públicos e os bancos comunitários, o que é feito por meio da assinatura de um documento chamado “Convênio de Cooperação Socioeconômica e Financeira”, envolvendo o Instituto Palmas e as entidades gestoras dos bancos (Associações, Sindicatos, ONGs etc.), pois, a rigor, estas organizações não possuem marco regulatório⁴.

Em síntese, pode-se afirmar que os bancos comunitários articulados pelo Instituto Palmas atuam em três eixos de atuação: o acesso ao crédito (via empréstimos para produção e consumo, com taxas que variam de acordo com o tipo e os valores); a emissão de moedas sociais (empréstimos também voltados para produção e consumo, mas sem juros) e os serviços do correspondente bancário, atualmente prestados mediante convênio com a Caixa Econômica Federal (recebimentos de contas de água, luz, telefone, abertura de contas, pagamento dos benefícios sociais diversos, entre os quais o Programa Bolsa Família tem maior destaque).

Conforme se observa, o diálogo com as políticas públicas foi fundamental para o fortalecimento da organização dos bancos comunitários e na sua configuração atual. Nestes termos, um importante documento que serve como parâmetro ao desenho das políticas de apoio e fomento ao setor é o *Termo de Referência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento*⁵, texto que exhibe um conjunto de regras balizadoras do funcionamento dos empreendimentos e que expõe suas características e sintetiza o seu modo de atuação,

⁴O documento está disponível na internet pelo endereço do Instituto Palmas: http://www.inovacaoparainclusao.com/uploads/4/2/2/8/4228830/convnio_instituto_palmasxbancocomunitario.pdf. Destaque-se que no aludido documento constam as responsabilidades das partes envolvidas, os serviços prestados pelo empreendimento, o modelo de gestão, entre outras informações, que serão detalhadas no capítulo sobre o funcionamento dos Bancos Comunitários.

⁴ Os números se referem aos estabelecimentos cadastrados para receber moeda social apenas no Banco Palmas.

⁵ Observe-se aqui a influência dos intelectuais na concepção dos termos. Veja-se que o termo adotado é o mesmo verbete já mencionado anteriormente, contido no *Dicionário Internacional a Outra Economia*.

demarcando princípios e valores que vão construir fronteiras porosas entre a inclusão financeira e bancária e a própria noção de finanças solidárias. Os princípios são:

1. É a própria comunidade quem decide criar o banco, tornando-se sua gestora e proprietária;
2. Os bancos comunitários oferecem duas modalidades de crédito: uma em real e outra em moeda social circulante;
3. Suas linhas de crédito estimularam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território;
4. Apoiam os empreendimentos em suas estratégias de comercialização (feiras, lojas solidárias, central de comercialização e outros);
5. Atuam em territórios caracterizados por alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social;
6. Estão voltados, sobretudo, aos beneficiários de programas assistenciais governamentais e de políticas compensatórias,
7. Sua sustentabilidade, em curto prazo, funda-se na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas (RBBC, 2007).

Ainda de acordo com o documento, a estrutura de gestão dos bancos comunitários incorpora componentes associativistas e mecanismos de controle social, decorrentes do próprio caráter comunitário de uma instituição cujo principal produto ofertado é crédito:

Os Bancos Comunitários são geridos no interior de estruturas de organizações de caráter comunitário (como associações, fóruns, conselhos) ou outros tipos de iniciativa da sociedade civil que estejam inseridas na comunidade (sindicatos, ONGs, igrejas). Seu funcionamento supõe, portanto, a constituição de uma equipe de coordenação executiva no seio da própria organização associativa. Sua gestão implica, desse modo, numa dimensão compartilhada, com forte componente de controle social local baseado em mecanismos de democracia direta (RBBC, 2007).

O mesmo documento explicita a quem se destinam os serviços prestados:

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento voltam-se prioritariamente para um público caracterizado pelo alto grau de vulnerabilidade social. Contudo, pela sua condição de iniciativa cidadã focada no desenvolvimento do território, tais experiências devem também envolver outros tipos de público em alguma segmentação de mercado, como exemplo: jovens, mulheres, comerciantes, novos empreendedores, etc. (RBBC, 2007).

Nesse quesito, a maioria dos bancos pesquisados mostra um perfil de público constituído, sobremaneira, por mulheres, principalmente nos locais onde os serviços de correspondência bancária incluem o pagamento dos benefícios de Programas Sociais do Governo Federal (especialmente, o Programa Bolsa Família), como é caso do Banco Paju e Banco Palmas.

Outro atributo que compõe a singularidade da concepção teórico-metodológica dos bancos comunitários integrados à Rede Brasileira de Bancos Comunitários é a moeda social, tanto pelas suas características, como pelo modo de implantação e circulação. É possível, inclusive, afirmar que, a moeda social na modalidade “circulante local” se constitui num traço

que distingue um banco comunitário de outras iniciativas do campo/segmento das finanças solidárias no país. A seguir, o conceito contido no *Dicionário Internacional da Outra Economia* (2009):

Moeda social é uma forma de moeda paralela instituída e administrada por seus próprios usuários, logo, sua emissão é originada na esfera privada da economia. Entre ela e a moeda nacional não há qualquer vínculo obrigatório, e sua circulação baseia-se na confiança mútua dos usuários, participantes de um grupo circunscrito por adesão voluntária. (SOUSA, 2009, p. 255).

De acordo com o verbete (2009), as características e funções das moedas sociais são semelhantes às dos meios de troca em geral:

Assim como qualquer outro “equivalente universal de troca”, a moeda social deve cumprir (e tem condições para tanto) as funções de: a) medida de valor/unidade de conta – facilita o acordo sobre os valores relativos das diversas mercadorias; b) meio de pagamento – permite que os intercâmbios ocorram diferidos no tempo, no espaço e entre agentes distintos; c) reserva de valor – permite, se a moeda social estiver sendo bem administrada, que seu valor varie muito pouco, ou moderadamente, de tal forma que ela poderá ser utilizada para fins de poupança. (SOUSA, 2009, p. 255).

De acordo com informações dos coordenadores do Instituto Palmas, a moeda social *palmas* foi criada com o intuito de transformar o bairro num grande Clube de Trocas: “[...] os produtores, os comerciantes, os prestadores de serviço, cada qual no seu local de trabalho integravam um grande clube de trocas, aceitando fazer negócios em seus estabelecimentos com a moeda social” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2005, p. 14).

Assim, as moedas sociais adotadas pelos bancos comunitários integrados à Rede Brasileira de Bancos Comunitários apresentam as seguintes características: a) possuem lastro em reais; ou seja, para cada *moeda social* circulando há um real correspondente no Banco Comunitário (bem ao contrário daquilo que se vê no sistema financeiro convencional, baseado na alavancagem e no capital fictício); b) o sistema de trocas com moeda social se relaciona diretamente com o sistema de créditos do banco comunitário, permitindo que os tomadores de crédito possam optar pela moeda social ou a moeda vigente (o real); e c) é possível converter moedas sociais em reais (fazer o câmbio), a fim de facilitar a adesão e circulação da moeda social (tanto pela via do interesse como da confiança).

Sobre o último item citado, trata-se de mais uma adaptação metodológica feita pelo Instituto Palmas: a convertibilidade da moeda social em determinadas situações, acordadas previamente com os tomadores de crédito. Por exemplo, aos comerciantes que aceitam as moedas sociais nos seus estabelecimentos fica resguardado o direito de fazer o que

denominam de “câmbio” (a conversão das moedas sociais por reais (R\$), a fim de estimular a adesão e um público mais amplo à moeda).

Ao observar a imagem de uma moeda social é possível visualizar uma série de elementos que merecem ser analisados. Um dos traços característicos das moedas integrantes da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, que ratifica a concepção difundida pelo Banco e Instituto Palmas é o selo holográfico representado pela palmeira, impresso no canto superior esquerdo, juntamente com uma imagem do lugar onde o banco está instalado (no caso da cédula de 10 Dendês, uma capela da Igreja Católica) e a logomarca da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (em amarelo, no canto inferior esquerdo), que faz alusão a uma construção com vários tijolos. No verso, há um texto que expressa a finalidade da moeda social e orienta o seu uso como um bônus. Cada unidade monetária Dendê (D\$) vale um Real (R\$). Geralmente, o conjunto de moedas sociais é composto por cinco tipos de cédulas, variando de 0,50 a 10,00, dispondo das cédulas de 0,50; 1,00; 2,00; 5,00; e 10,00.

Figura 2 - Moeda Social Dendê



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Conforme Primavera⁶ (2006), consultora que atuou na implantação do projeto que criou a moeda social Palmas no Conjunto Palmeiras, as moedas passam a ter a denominação de “sociais” quando são produzidas e administradas pelos próprios usuários, distribuindo riqueza em vez de concentrá-la – como ocorre com a moeda convencional, graças ao mecanismo de juro bancário. Para a autora, que atua junto a diversos projetos de difusão e implantação dos Clubes de Trocas com moedas sociais mundo afora, a finalidade primeira da moeda social é ser instrumento de reconceitualização do fenômeno antropológico e social do

⁶ Brasileira, doutora em Sociologia pela USP. Vive na Argentina desde os anos 1970, onde é professora da Universidade de Buenos Aires (UBA). Mais informações estão disponíveis em: <<http://www.heloisaprimavera.com.ar/>>.

dinheiro, reorientando a utilização da moeda para o seu princípio criador, a saber: instrumento de intercâmbio, socialização e desenvolvimento local.

Uma vez lançadas as bases para o entendimento do fenômeno dos bancos comunitários no Brasil, tratarei a seguir da experiência do Banco DendêSol.

2. Trajetória institucional do Banco DendêSol

2.1. Contexto de criação

O Banco Comunitário DendêSol foi criado em 2010 pela Associação de Mulheres DendêSol, tendo definido a moeda social *dendê*⁷ como foco de sua ação.

Conforme esclareceram as interlocutoras durante a pesquisa de campo, o nome da moeda social faz alusão a uma planta nativa existente no lugar, quando da sua ocupação pelos primeiros moradores que lá chegaram, nos anos 1980 – embora atualmente, os dendezais quase não existam devido ao processo de ocupação desordenada do espaço urbano.

A comunidade⁸ está situada numa área que faz limite com a Universidade de Fortaleza, às margens do Rio Cocó. De acordo com Pordeus et al⁹ (2012), a maioria das famílias que hoje mora no local foi removida das favelas Verdes Mares, Dom Luiz, Cervejaria Brahma, Cidade 2000, Hospital Geral de Fortaleza e Praia do Meireles.

O banco está localizado na comunidade do Dendê, na periferia leste da cidade de Fortaleza, em meio a dois grandes e nobres bairros, Edson Queiroz e Água Fria. As fronteiras entre espaços sociais tão distintos no que se refere à infraestrutura urbana, renda etc. faz emergir uma série de contrastes. Por um lado, os altos índices de violência, associada notadamente ao tráfico de drogas, além de uma forte especulação imobiliária, fruto das obras construídas no seu entorno (o Fórum Clóvis Beviláqua, a Universidade de Fortaleza, entre outros) impelem a população a buscar resistir a essas situações com estratégias de mobilização diversas, assentadas sob o signo da solidariedade e do trabalho associado, tais como a Feira de Economia Solidária, a Rádio Comunitária e o próprio Banco DendêSol. A essas ações, geradoras de um tipo especial de relação social, Gaiger (2011) denominou de *relações sociais vinculantes*.

⁷ O dendezeiro é uma palmeira nativa da África e trazida para o Brasil, da qual se extrai um óleo chamado de azeite de dendê, muito usado na culinária baiana e também na fabricação de sabão e velas.

⁸ O termo comunidade é empregado como categoria ênica presente no discurso dos interlocutores e também em algumas fontes de pesquisa, como os programas sociais desenvolvidos por diversas entidades parceiras.

⁹ Mais informações estão disponíveis no artigo publicado pela autora, intitulado: Comunidade do Dendê: um diagnóstico de suas famílias, publicado na Revista Brasileira em Promoção da Saúde, v. 12, n. 1, p. 09-17, 2012.

A iniciativa agrega diferentes parceiros e faz parte da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, tendo sido criada, portanto, de acordo com o modelo difundido pelo Banco e Instituto Palmas. Nesse sentido, retomo as seguintes questões: Quais as características e distinções destas experiências organizadas na perspectiva das finanças solidárias em relação ao microcrédito convencional? Como ocorre a inserção das mulheres? Quais as suas potencialidades, limites e desafios?

2.2. A criação do Banco e suas primeiras movimentações

O Banco Comunitário DendêSol funciona num pequeno espaço cedido pela Associação de Mulheres DendêSol, situado à Av. Presidente Arthur Bernardes, 371, na comunidade do Dendê, em Fortaleza – atualmente, com sede própria.

A nova sede, embora com espaço reduzido, continua abrigando as várias atividades desenvolvidas pela Associação, a saber: espaço para as reuniões, a cozinha experimental e a exposição dos produtos do Grupo (artesanato, bijuterias e confecção). O lugar dispõe de apenas uma divisória, entre a “sala” (onde se dá o atendimento do Banco, da Associação e exposição do material produzido pelo grupo – vide fotografias a seguir) e a cozinha (local onde elas produzem alimentação para eventos, principalmente, doces e salgados, uma das principais atividades econômicas das mulheres participantes da Associação). É importante salientar que embora mantendo o foco de atuação com as mulheres, no mandato recente, a atual diretoria definiu a ampliação do público participante, tendo incorporado a discussão de gênero e pessoas do sexo masculino na diretoria. A seguir, algumas imagens da fachada externa e do ambiente interno:

Figuras 3 e 4- Sede atual do Banco DendêSol



Fonte: Arquivos da autora

O Banco DendêSol iniciou suas atividades no dia 10 de janeiro de 2011, com recursos oriundos de uma emenda parlamentar do então Deputado Federal Eudes Xavier¹⁰, no valor de cem mil reais. O referido projeto previu uma série de ações, dentre elas, a formação/capacitação da equipe para operacionalizar o empreendimento, a impressão das moedas sociais (dendês), a aquisição de equipamentos e mobiliário, como cadeiras, mesas, *notebook* etc. No que concerne à infraestrutura e mobiliário, outro importante apoiador do Banco foi o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mediante projeto desenvolvido pelo Instituto Palmas.

Por ocasião da pesquisa de campo, as interlocutoras narraram os desafios que estavam enfrentando, no aprendizado de se tornarem “banqueiras” e também que haviam definido uma estratégia diferente de atuação: iniciar as atividades com o uso da moeda social e não com a prestação dos serviços de correspondência bancária. Ao observar a firmeza da postura da então presidente da Associação, indaguei o porquê, e ela foi enfática: “porque o principal de um banco comunitário não é ter a sua moeda social? Se a gente começar logo com empréstimo em dinheiro e recebendo conta [contas de água, luz, telefone e boletos bancários] o povo não vai entender o que realmente queremos com o banco”. E acrescentou: “foi difícil, mas eu finquei o pé e acabamos definindo assim.” Na sequência, ela colocou outras razões de ordem mais objetiva, sendo uma delas o risco que consiste em operar com dinheiro na comunidade, pela insegurança do local onde o banco está sediado, principalmente em razão do tráfico de drogas, cada vez mais crescente na periferia das grandes cidades brasileiras.

Cilene Silva, ou Dona Cilene, como é conhecida, atuou como presidente da Associação de Mulheres DendêSol por dois mandatos, até o ano de 2013. Ela é uma das lideranças reconhecidas pelo movimento de economia solidária no âmbito da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES) e atualmente continua compondo a diretoria da Associação. Trata-se de uma entidade originada a partir da organização socioprodutiva das mulheres na comunidade do Dendê, localizada nas proximidades do Fórum Clóvis Beviláqua e da Universidade de Fortaleza (Unifor), uma das maiores instituições privadas de ensino superior da capital cearense. O Dendê está situado numa zona de alto valor imobiliário, para onde a cidade mais tem se expandido nos últimos anos. Contudo, é uma localidade marcada pelo contraste entre uma área extremamente pobre, rodeada de toda uma infraestrutura urbana

¹⁰ O ex-parlamentar petista é comerciante, e presidiu a Central Única dos Trabalhadores (CUT/CE) nos anos 1990, tendo exercido mandato de Deputado Federal de 2006-2014. Foi um dos idealizadores do Instituto Florestan Fernandes, tendo construído a sua plataforma política na militância em prol da economia solidária, tendo uma forte atuação na comunidade do Dendê, onde reside até hoje.

voltada para as camadas abonadas da sociedade, fazendo emergir fronteiras de distintas naturezas que separam dois mundos, tão grande é a desigualdade social que salta aos olhos.

Conforme narraram as coordenadoras do banco, no início das atividades, apenas quatro pessoas atuavam na organização, sendo uma responsável pela coordenação dos trabalhos e outros três agentes de crédito, todos moradores da comunidade. O papel desses profissionais foi de prospectar clientes, realizando visitas de casa em casa, para levantar as demandas por crédito, sensibilizá-los para a utilização da moeda social Dendê e acompanhar a devolução dos empréstimos contraídos.

A carteira de crédito, no valor de 30 mil reais, foi colocada à disposição dos clientes mediante processo de concessão de empréstimos operacionalizado da seguinte forma: a) após preenchimento de uma ficha cadastral e a solicitação de empréstimo, encaminhava-se o pedido ao Comitê de Análise de Crédito (CAC), composto por uma pessoa do Banco DendêSol, uma da Associação de Mulheres Dendê Sol e outra do Instituto Palmas. Este Comitê, após avaliação do perfil do tomador de crédito, considerando critérios objetivos e morais, concedia ou não os empréstimos, tal como declara a coordenadora do Banco: “A gente vai levantar informações sobre quem é aquela pessoa perante a comunidade: se é “bom pagador”, se mora há pelo menos dois anos na comunidade, se a moradia é própria, se trabalha etc. Aí quando a gente libera o crédito a pessoa recebe o carnê com as prestações.”

Em relação ao público atendido pelo Banco, a coordenação esclarece que, embora a prioridade sejam as mulheres, o atendimento aos homens também ocorre, contudo, a busca maior, principalmente pelos empréstimos de menor valor, é feita pelas mulheres, especialmente, aquelas que desenvolvem atividades de artesanato, confecção e alimentação integradas à Feira Solidária promovida semanalmente pela Associação de Mulheres Dendê Sol há cerca de 15 anos. Esta entidade é responsável pela gestão do Banco.

A situação descrita acima coaduna com as características de um grande número de iniciativas de economia solidária geridas por mulheres, pois elas enfrentam dificuldades de acesso ao crédito bastante específicas devido a várias questões, dentre elas, a baixa escolaridade, dificuldade de acesso à renda, além de barreiras culturais ainda bem arraigadas.

Como o Banco Dendê optou por não operar com o correspondente bancário, todas as informações geradas são processadas pelo Instituto Palmas (cadastro dos clientes, valores de empréstimos, inadimplências etc.), fato que tem gerado algumas situações conflituosas entre ambas as partes. Em vários trechos da fala da coordenadora do Banco é possível perceber a aflição de quem se vê cotidianamente confrontada com os dilemas da gestão de um empreendimento sem fins lucrativos, mas cujo “produto” ofertado deve gerar receitas

mínimas para custeio da infraestrutura física e de pessoal. Instaure-se, portanto, um debate sobre a natureza dos serviços prestados pelo Banco Comunitário e a sua relação com as instituições parceiras, incluindo o próprio Sistema Financeiro. Na percepção da coordenadora do Banco DendêSol, o problema seria, além da falta de capacitação técnica para lidar com as operações bancárias rotineiras, os critérios para a concessão do crédito, conforme a seguir:

O problema é que a gente ainda não aprendeu a fazer certas coisas. [...]. Eu não sei mexer direito no sistema, mas quero aprender. [...] Eu lembro de uma vez que a gente foi lá no Palmas e a [coordenadora administrativa do Banco Palmas] nos deu uma lição: ela disse que banco tem que pensar com a cabeça e não com o coração. Banco não é como casa de mãe. E a gente demorou muito pra entender isso porque a gente achava que trabalhar com economia solidária era trabalhar com o coração também. Mas ela disse: o Palmas é um Banco! (Depoimento da Coordenadora do Banco Dendê Sol).

O discurso da interlocutora ratifica os tensionamentos causados pela intersecção das distintas lógicas de atuação que perpassam as iniciativas que articulam ao mesmo tempo a dimensão “solidária” (não-utilitária), traduzida no depoimento da interlocutora como “trabalhar com o coração”; com a lógica econômica ou financeira (essencialmente utilitária), situação que pode ser analisada à luz de diversas perspectivas, dentre elas, o paradigma da dívida, desenvolvido por Mauss (2003), atualizado por vários pesquisadores contemporâneos que passaram a integrar um movimento intelectual: o Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (MAUSS).

Na situação concreta apresentada residem algumas dificuldades de contemporizar a racionalidade utilitária do campo econômico com os elementos subjetivos que vão, em última instância, nortear a decisão de conceder ou não um crédito, com base nos riscos de retorno deste. Assim, a lógica da reciprocidade ou o circuito da dívida (MAUSS, 2003), baseado na tríplice obrigação de dar – receber – retribuir, seja reconhecidamente um fato social total (cuja ideia é que a dívida produz alianças, sejam políticas, religiosas, econômicas e jurídicas), também incorpora vários paradoxos.

Esse é um dos principais indícios que motiva a compreensão desse fenômeno, que, devido à natureza dos serviços prestados e pela forma como os recursos são captados articulam diferentes lógicas na sua ação, o que França Filho (2007) denomina de hibridação.

Outro aspecto mencionado pela interlocutora é a circulação da moeda social, definida como estratégia prioritária de atuação do Banco Dendê. Conforme narra, alguns comerciantes mais diretamente ligados ao Banco ou com alguma proximidade com a economia solidária aceitam a moeda dendê. No depoimento a seguir a coordenadora do Banco realça as razões que levam os comerciantes a aceitar as moedas:

O próprio comerciante vê que aquilo ali é dinheiro e também pela credibilidade do banco. Eles sabem que na hora que é preciso trocar a moeda por dinheiro é só vir aqui que a gente troca, e sem enrolação. Então, é essa confiança que eles têm no banco, porque cada moeda que a gente solta tem uma aqui com a gente.

Nesse quesito, ela esclarece que há um número limitado de pessoas que o Banco consegue atender com crédito em moeda vigente (o Real) e que o empreendimento está em busca de mais recursos para atender a essas pessoas que estão na espera dos empréstimos convencionais. “A maioria vai pagando um empréstimo e já vai tirando outro. Aí não fica moeda em caixa pra emprestar pra mais gente porque o recurso é pouco”, explicou a coordenadora do Banco.

E por falar em dendês e na sensibilização para o seu uso, apresentarei alguns pontos de uma das entrevistas realizadas com clientes do banco, a qual declarou o seu amor pela moeda social. Ela é proprietária de um pequeno comércio de bombons e lanches, na sua própria residência, localizada num dos “becos” da comunidade.

1.3. A percepção de uma cliente do Banco DendêSol

O acesso à casa da cliente foi um tanto difícil, pois não há um “endereço” formal. Depois de muito caminhar em meio a pequenas ruelas bem estreitas, sem nenhuma infraestrutura urbana de esgotamento ou arruamento é que conseguimos chegar à casa da interlocutora, literalmente, um “beco sem saída”. Para dar uma dimensão mais objetiva, a largura do “beco” (termo nativo empregado pela coordenadora do banco) entre a casa visitada e a da frente era de cerca de dois metros.

Imagem 5 - Cliente do Banco Dendê Sol no espaço onde vende seus produtos



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Logo que cheguei, fui bem acolhida e convidada a sentar no sofá. A casa abriga o pequeno comércio (vide foto acima), na sala de estar, bem próximo à porta da frente, onde estão dispostos os produtos comercializados num improvisado expositor: bombons, pirulitos, doces, “xilitos¹¹”, pipocas, entre outros.

A interlocutora afirmou ser cliente do banco desde quando começou as atividades e todos os empréstimos contraídos até então foram em moeda social, tendo sido a fonte inicial de recursos para a montagem do empreendimento.

Eu trabalho com o Banco desde quando abriu e sempre gostei muito do Banco, porque essa oportunidade de pegar dinheiro emprestado eu não tinha em canto nenhum. E sempre que eu preciso eu vou lá aí o Banco me ajuda. [...] já tá com cinco ou seis vezes que eu pego.

Devido ao pequeno porte do empreendimento os empréstimos são também reduzidos e apenas em moeda social, conforme relatou: “No começo eu pegava só 50 dendês aí depois eu passei a pegar 100 dendês. De primeiro faltava muito as coisa aqui em casa, mas depois do banco nunca mais faltou, graças a Deus. O dinheiro sempre chega em boa hora.”

¹¹ Termo utilizado para definir salgadinhos feitos à base de milho, consumido por crianças das camadas populares, principalmente pelo baixo preço (custa R\$0,50 centavos de real). “No Ceará é o nome dado aos salgadinhos de milho, queijo ou de outros sabores”. <http://www.dicionarioinformal.com.br/xilito/> - acesso em 10 de outubro de 2012.

A entrevistada é beneficiária do programa Bolsa Família e uma parte do dinheiro do benefício ela direciona para o pequeno negócio, a fim de gerar renda e buscar autonomia financeira no âmbito da família, conforme declarou: “[...] é muito ruim a gente depender do marido. Meu marido trabalha, mas eu não gosto de esperar só por ele. [...] Eu sempre gostei de depender de mim mesma. E agora todo dia eu tenho o dinheiro pro pão dos meus filhos”.

Ainda no âmbito das relações familiares, ela realça que sua mãe também atua no circuito da moeda social. Contudo, é a sua única cliente/consumidora que utiliza a moeda social: “Só minha mãe é que paga com Dendê. Ela faz desinfetante e ela manda pra mim e eu mando troco em dendê pra ela”.

O intercâmbio entre os dois espaços dá origem a uma espécie de “troca solidária” com a mediação da moeda social, o que só é possível pelo fortalecimento (ou criação) de laços de proximidade e confiança entre as pessoas.

No tocante às relações extrafamiliares, ela esclarece que a aquisição dos produtos que revende é feita no próprio bairro, o que atinge um dos principais objetivos esperados de um banco comunitário que implanta uma moeda social: a circulação de riqueza no local: “Eu compro na bombonière daqui [do bairro]: os xilitos, chiclete, bombom, pirulito... e compro coisa pra fazer dindin também [frutas diversas, achocolatado, etc].”

No que se refere à economia doméstica, a interlocutora destaca a melhoria na cesta básica e na qualidade de vida da família, pois a feira da semana também é feita no Mercadinho do bairro: “Pra mim é bom porque recebe no JC [mercadinho], onde eu faço compra e na Bomboniere daqui também. Eu não compro o dinheiro todo de xilito e bombom não. Eu divido: faço 50 de compra e os outros 50 eu compro as coisas de vender aqui”.

Chama a atenção escala dessa microeconomia associada a uma racionalidade diretamente relacionada à sobrevivência. No entanto, o padrão de consumo parece não fugir à regra da maioria das famílias integradas aos programas de transferência de renda do Governo Federal. Observe-se, por exemplo, o tipo de produto comercializado: guloseimas e alimentos de baixo valor nutricional, em sua maioria, industrializados e associados à obesidade infantil.

Eis aqui um dos desafios para os bancos comunitários: impulsionar quantitativa e qualitativamente a adesão à moeda social nos territórios onde estão inseridos, incorporando temas correlatos à economia solidária, a exemplo do consumo sustentável.

A entrevistada mostrou confiança, gratidão e reconhecimento ao trabalho das “meninas do Banco”, revelando, ainda, o interesse em saber mais sobre a economia solidária e também a colaborar com a divulgação das iniciativas. A afeição ao banco era tanta que ela plastificou uma cédula da moeda social Dendê e fez questão de posar para a foto com a

moeda: “Eu gostei tanto desse Banco e dessa moeda que na primeira vez que eu peguei eu plastifiquei uma nota e ando com ela na minha carteira. Eu sou apaixonada por essa moeda. Eu amo de paixão!”.

Imagem 6 – Imagem de uma Cliente do Banco Dendê Sol com a Moeda Social Dendê



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Ao final da conversa, ao mesmo tempo em que avalia positivamente as ações do Banco DendêSol, a interlocutora manifesta uma demanda:

Eu gostei muito, muito, muito... e queria que esse Banco crescesse cada vez mais e que tivesse não só o Dendê pra mim – porque eu queria pegar em cédula mesmo, em Real, normal, porque eu queria comprar também outras coisas pra revender (como calcinha, sutiã). Aí pra isso eu tenho que comprar no centro e lá não aceita dendê. Então, eu queria pegar empréstimo normal também.

Sobre o assunto levantado, a coordenadora do banco esclareceu que a entrevistada foi cadastrada tanto para receber a moeda Dendê como para pagar o empréstimo em moeda social. Portanto, pelas regras de funcionamento do banco, não lhe seria permitido fazer o câmbio (trocar a moeda social pela moeda oficial, o Real) nem tomar crédito em moeda convencional (o real).

Por fim, merece destaque a postura adotada no que se refere ao relacionamento com o Instituto Palmas e com as gestões públicas municipais. A relação mais tranquila parece ser com a esfera federal (leia-se os projetos advindos da Senaes/MTE), pois beneficiam a todos os bancos comunitários de modo igualitário.

A relação estabelecida entre o Banco Dendê Sol e o Instituto Palmas é de parceria. De modo especial, partilham a mesma carteira de crédito, estão integrados à Rede Brasileira de Bancos Comunitários e, em razão disso, são incluídos (“beneficiados”) nos projetos de apoio e fomento mediados pelo Instituto Palmas. Contudo, há conflitos e demandas que ainda

não foram dissipadas, principalmente no tocante ao aprofundamento do processo de formação para gestão do banco. Em relação aos governos municipal e estadual, o Banco Dendê Sol afirma não manter relacionamento de nenhuma natureza.

Ainda que brevemente pontuados, os relatos aqui dispostos são fundamentais para compreender como são firmadas as relações sociais vinculantes (GAIGER, 2011), permeadas pela afetividade, pela confiança e a um só tempo pelas dificuldades do processo de gestão das rotinas diárias de um banco comunitário. Os conflitos expostos advêm de uma lógica de funcionamento dita “solidária”, que experimenta conjugar distintas racionalidades (mercantil e não-mercantil, interesse e desinteresse; objetividade e subjetividade, público e privado) dentro de um sistema onde impera a lógica privada de acumulação.

Considerações finais

Em síntese, os aspectos levantados no decorrer do texto, considerando o levantamento bibliográfico sobre o tema, os depoimentos das pessoas diretamente envolvidas com a gestão do Banco e as observações de campo, expressam os desafios das pequenas experiências em finanças solidárias. Tais desafios são comuns às várias iniciativas organizadas sob o signo da economia solidária (SINGER, 2002), principalmente aquelas cuja gestão é feita pelas mulheres, pois, geralmente, elas buscam integrar as lógicas de reprodução da vida com a produção material gerada pelo trabalho, acarretando conflitos de diferentes matizes.

A conceitualização das finanças solidárias emerge para ampliar a noção de microfinanças e também para politizá-la, corroborando com os ideais de democratização do sistema financeiro e da economia solidária, com vistas a criar relações sociais mais próximas e horizontais entre os agentes e as instituições financeiras. Constitui-se, portanto, conforme Muñhoz (2009), num elo de sustentação de um vínculo mais duradouro entre economia e sociedade, construído sob a égide da ética e da solidariedade, criando condições para um desenvolvimento humano integrado e sustentável. No Brasil, as práticas dos fundos rotativos solidários, dos bancos comunitários e das cooperativas de crédito solidário possuem maior reconhecimento e visibilidade institucional e buscam interlocução com os poderes públicos com vistas a incorporação de suas pautas nas políticas de desenvolvimento do país.

Para apreender a dinâmica desse processo, a pesquisa empírica realizada junto ao banco DendêSol mapeou algumas percepções atribuídas ao crédito pelos sujeitos sociais envolvidos nas experiências. Portanto, a discussão de fundo (o processo de institucionalização dos bancos comunitários mediante fomento público da Senaes/MTE) incorpora distintas perspectivas, pois se relaciona mutuamente com processos globais de financeirização da

economia e de regulação estatal, características da esfera governamental, com uma dimensão criativa, que acena para os ideais das alternativas financeiras preconizados pelas finanças solidárias.

REFERÊNCIAS

FRANÇA FILHO, G.F e SILVA JR, JT. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. CATTANI, A.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Orgs.) Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009.

_____, Genauto Carvalho. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários. II Encontro Nacional dos Bancos Comunitários. Iparana/Caucaia/Ce, 2005.

DIAS COELHO, F. Finanças Solidárias. In: CATTANI, A. D (Org.). A Outra Economia. Porto Alegre, RS: Unitrabalho e Veraz Editores, 2003.

FREIRE, Marusa V. Moedas Sociais: Contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes no Brasil, 2011. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Direito. Disponível na internet pelo: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9485/1/2011_MarusaVasconcelosFreire.pdf

GAIGER, L I. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. *Katálysis*, (11): 11-19, 2008. Disponível na internet pelo <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/4755>, acesso em 01 de novembro de 2011.

II ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. Relatório final, disponível na página (atual) do Instituto Palmas: Disponível na página internet pelo endereço: <http://www.institutobancopalmas.org.br>.

INSTITUTO PALMAS DE DESENVOLVIMENTO E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA. Termo de referência dos Bancos Comunitários. Disponível na página internet pelo endereço: <http://www.institutobancopalmas.org.br>.

MAUSS, Marcel. O Ensaio sobre a Dádiva. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MUÑOZ, Ruth. Finanças Solidárias. CATTANI, A.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Orgs.) Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009.

- PAIVA, Victoria R. A. P. Dilemas e Perspectivas da institucionalização das finanças solidárias: a experiência dos Bancos Comunitários no Ceará. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- PAULINO, Antonio George Lopes. Economia solidária como um projeto cultural e político: a experiência do Banco Palmas. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- PRIMAVERA, Heloisa. Finanças solidárias e moedas sociais: Alternativas para uma outra economia. Instituto Humanitas. São Leopoldo/RS, 2006.
- RIGO, Ariadne S. Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas. 2014. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.